

EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA

Mendo Henriques, Filipe Cunha, João Reis, Lisboa, Plátano Editora, 1999, 342 pp.

A recente edição da obra em referência, serve como pretexto para efectuarmos a sua recensão, tanto mais que entendemos ser um livro que surge no momento em que as questões relacionadas com a temática da Cidadania, assumem cada vez mais um lugar de destaque no limiar do século XXI.

Na última década, a Educação para a Cidadania tem alcançado uma importância crescente nos sistemas educativos das sociedades democráticas, reflexo das próprias alterações sociais, económicas e políticas.

Também a comunidade europeia, esta preocupação com a formação cívica dos jovens, suscita grandes desafios que cada Estado-membro procura encontrar a resposta curricular mais adequada.

Em Inglaterra, o espírito da Cidadania está presente num terço das escolas e poderá mesmo em 2002/2003 transformar-se numa disciplina obrigatória para todos os alunos do ensino secundário daquele país.

Actualmente em fase experimental, pretende-se que a educação para a cidadania sensibilize os alunos para a compreensão de direitos/deveres, enquanto cidadãos empenhados numa democracia civilizada e consolidada com uma tradição secular.

Igualmente em Portugal, com a generalização da revisão curricular, estão previstas três áreas curriculares não disciplinares, a saber: Estudo Acompanhado (duas horas), Projecto Interdisciplinar (duas horas) e Educação para a Cidadania (uma hora).

A área da Educação para a Cidadania, de acordo com o consignado no ponto 4.6. do anexo ao Despacho nº 9590/99, de 14 de Maio, será "(...) coordenada pelo director de turma, em cujo horário deve constar uma hora especificamente destinada a esta actividade" e coincidente "(...) com a hora marcada no horário dos alunos".

A exequibilidade da disposição normativa, agendada já para o próximo ano lectivo, seria só por si suficiente para justificar a edição da obra em análise, colmatando assim um vazio existente, quer no sistema educativo, quer no próximo panorama editorial.

No entanto, o livro não se esgota apenas nesse facto, reconhecendo o próprio Presidente da República que o prefaciou como "um valioso instrumento posto a serviço de professores, alunos e todos os cidadãos

que querem compreender melhor o mundo e o tempo em que vivem”. Este roteiro de matérias, conforme os autores assim o denominam, apresenta os tradicionais instrumentos didácticos, facilitadores do ensino/aprendizagem, como sejam: os sumários, os objectivos, as palavras-chave, o desenvolvimento propriamente dito das matérias, as boas práticas e por último os testes de avaliação.

Elaborado segundo os modelos e a sistematização anglo-americanos, este manual didáctico, mantém presentes a identidade nacional e a especificidade sócio-cultural das escolas portuguesas.

O desafio pedagógico desta obra, centra-se nas denominadas “boas práticas” que segundo os responsáveis pela sua elaboração, envolvem um conjunto de competências e metodologias que implicam o saber articular interesse e objectivos, o estabelecer consensos e a gestão de conflitos.

Afigura-se de igual forma importante a inclusão na obra de um glossário de termos, que conjuga termos de significado corrente, com nomenclaturas científicas, facilitando assim a sua acessibilidade a um público diversificado com interesses nestas áreas.

Os temas da Cidadania que integram esta obra, encontram-se sistematizados em sete capítulos, a saber:

- I – Comunidade Nacional;
- II – Estado soberano;
- III – Participação na democracia;
- IV – Economia e Governo;
- V – Segurança e defesa;
- VI – Política externa;
- VII – Comunidade internacional.

Pela sua importância na formação de cidadãos civicamente responsáveis, abordaremos de seguida o teor dos capítulos III, V e VII.

A participação dos cidadãos na democracia não se limita apenas ao voto, pelo que a Educação para a Cidadania deverá privilegiar, tal como refere o manual em apreço, o envolvimento dos estudantes em projectos concretos de acção, dentro das próprias comunidades escolares, tais como associações estudantis, assembleias de escola, ou ainda serviços à comunidade.

Quanto às matérias atinentes à segurança e defesa, a obra destaca, no seu capítulo V, a importância e o papel das forças armadas e forças de

segurança, como pilares da democracia e defesa do território nacional, numa perspectiva de abertura e cooperação com outros povos e culturas, bem como no assumir dos compromissos internacionais do Estado Português.

Finalmente o último capítulo do livro é dedicado à comunidade internacional, tema que sensibiliza o leitor para os problemas globais, nomeadamente os que se reportam à globalização da economia, à segurança colectiva e às questões ambientais, matérias que pela sua complexidade e dimensão, ultrapassam e esbatem as fronteiras nacionais de cada Estado, apelando à consciencialização do cidadão do mundo, por forma a que as respostas sejam elas próprias emergentes no âmbito de uma cooperação alargada a todos.

Concebido fundamentalmente para o universo de professores dos ensinos básico e secundário, numa perspectiva transversal da cidadania, este roteiro constitui um precioso auxiliar para o corpo docente envolvido em projectos de Educação para a Cidadania, abrindo pistas para a formação de formadores que tem vindo a ser desenvolvida neste âmbito pelo I.D.N. em parceria com vários Centros de Formação de Professores e que se têm saldado por um assinalável êxito, quer ao nível das adesões registadas, quer ao nível do interesse que as matérias abordadas têm suscitado.

Se é certo que toda a temática da Cidadania, pela notória necessidade sócio-cultural dos tempos modernos, se tem vindo a assumir como uma urgente prioridade, não podemos deixar de recordar que, com os distanciamentos que o tempo histórico nos impõe, estas matérias encerram em si uma tradição milenar, remontando tão somente à tradição clássica.

O mérito da obra analisada, para além do seu pioneirismo, pode ser equacionado como a primeira tentativa, segundo a nossa opinião plenamente conseguida, de formalização de matérias que parecendo de senso comum, apontam para uma reflexão por parte do leitor, apelando assim às suas responsabilidades cívicas.

José Filipe Teles de Matos